

# DEMOCRACIA E PODER NA UNIVERSIDADE

Dilma de Melo e Silva e Jair Borin

Professores da ECA-USP

*Conservadora, elitizada, a USP  
está distante de uma proposta que  
venha a estabelecer  
uma relação de  
poder mais  
democrática.*

*Os interesses de alguns  
falam mais alto do que os  
anseios da sociedade.*

*A USP não tem proposta  
para sequer adotar a eleição  
proporcional na escolha do  
Reitor. Tampouco existe a  
prática respeitada de  
eleição de diretores  
mediante votação de  
todos os professores,  
funcionários e alunos*



**O**s princípios que dão sustentação aos atuais regimes democráticos foram sendo definidos e consolidados ao longo de séculos. As práticas democráticas, porém, nem sempre acompanharam a evolução de seu suporte teórico, estando confinadas, ainda neste início de um novo milênio, a alguns poucos países ou estratos de classe. Em determinados momentos cruciais da história, o novo suplanta o velho, em partos por vezes violentos, construindo uma nova ordem na qual os valores idealizados se materializam num novo conjunto de leis e de garantias aos indivíduos. Entretanto, a nova ordem só passa a ser realidade objetiva quando todos os seus valores se convertem numa práxis dinâmica por meio da qual a grande maioria da população, consciente dos novos direitos e deveres, passa a vivenciá-los nas suas relações cotidianas.

Antes da consolidação das atuais matrizes democráticas, as lutas travadas pelos setores burgueses das sociedades modernas, ora em alianças estratégicas com o campesinato (como nas guerras camponesas na Alemanha do século XVI), ora com os trabalhadores e artesãos (como os *sans-culottes* na França) possibilitaram o surgimento tanto de uma teoria sobre o Estado Liberal, de uma teoria econômica, como de uma moral burguesa. Portanto, esta nova ordem não surge ao acaso, e torna-se velha, quando o proletariado dos grandes centros urbanos se cons-

cientiza da sua exploração e da sua força e passa a questioná-la. Entretanto, mesmo com o surgimento de respostas revolucionárias em todo o mundo, a mais notável sendo a Revolução de Outubro de 1917, na Rússia, o proletariado não logrou uma vitória que viesse a consolidar de forma definitiva uma nova ordem que substituiria, em caráter definitivo, a velha ordem burguesa, hoje mascarada sob o disfarce anacrônico do neoliberalismo.

Esta velha ordem, que serviu e serve aos interesses de um grupo reduzido de indivíduos detentores dos meios de produção, por paroxismo, se prestou à consolidação de alguns princípios fundamentais à emancipação dos trabalhadores, como o direito de reunião, de expressão, de informação, e ao ensino em todos os seus matizes. A sociedade burguesa, ao substituir o clero e a nobreza nos estamentos do poder, necessitou de um longo aprendizado, que a levou a defender e a abraçar novas formas de conhecimento e de difusão desse conhecimento para todos. A partir da maré napoleônica, que destrona quase todas as monarquias absolutistas da Europa e impõe os novos valores da burguesia, multiplicam-se as escolas, os liceus, as universidades, em escala sem precedente em toda a história.

Uma nova base de difusão do conhecimento e de geração de saberes possibilitará um ritmo acelerado de descobertas científicas que consolidarão as bases da química orgânica e inorgânica, da física pós-newtoniana, da biologia e de outras ciências. Esses novos sabe-

res, infelizmente, ficaram restritos aos Estados que conseguiram realizar a revolução burguesa consoante com a sua expansão econômica em escala mundial, sendo, portanto, os beneficiários daquela nova ordem, até os dias atuais.

País retardatário na adoção da ordem burguesa, o Brasil se situa à margem do desenvolvimento social e econômico do século XIX, figurando como mero fornecedor de matérias-primas. A preocupação em dotar o Brasil com um sistema educacional moderno, a exemplo do que ocorreu no Japão com as reformas sociais e econômicas da Era Meiji, iniciadas em 1867 (leia nota final), as quais possibilitaram àquele país superar séculos de defasagem de desenvolvimento em apenas três décadas, jamais mereceu o interesse da nossa aristocracia agrário-exportadora escravocrata.

Tanto o ensino básico (hoje fundamental e médio), como o superior, só entraram na pauta dos governantes nacionais no século XX e, com algum destaque, na Era Vargas. Datam dos anos 30 as primeiras universidades brasileiras, enquanto a América Hispânica já as conhecia desde o século XVI. Entretanto, a simples presença de universidades não constitui, por si mesma, um instrumento cabal de desenvolvimento cultural e tecnológico. É necessário que o país some condições produtivas objetivas para o ingresso em uma nova etapa de desenvolvimento econômico, e faça uma opção clara pelo novo, por meio de suas forças sociais representativas. Sem

operar estas mudanças, o velho se traveste de novo e tudo permanece como nos velhos tempos.

Nos anos 40 se fortalecem, pela primeira vez na história do país, os movimentos estudantis, tanto no ensino secundário, como no ensino superior seja nas poucas universidades existentes então, seja nas unidades isoladas. Somente a partir dessas mobilizações é que a estrutura de poder nas escolas passa a ser objeto de reflexão e de interesse por um público ávido por transformações estruturais.

As condições objetivas que imprimiam um novo ânimo ao movimento estudantil eram dadas por cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, com o seu operariado florescente. O movimento operário, já amadurecido por algumas grandes greves, como a de 1917, que chegou a mobilizar cerca de 100 mil trabalhadores, numa São Paulo com apenas 600 mil habitantes, estimulava, com sua força, a formação de um pensamento voltado para a reflexão política sobre a realidade nacional, embora ainda em bases transpostas por justaposição de matrizes marxistas europeias.

Nas universidades, o sistema de cátedra adotado da matriz francesa de ensino superior, responsável pela formação de nossos primeiros pesquisadores e docentes, impedia uma ascensão mais democrática dos que efetivamente tinham uma

identidade com os problemas sociais do país. Para ser admitido no clube fechado do círculo acadêmico, reservado aos oriundos da alta classe média ou aos filhos de famílias tradicionais, era indispensável um alinhamento integral com o dono da cátedra.

Por ironia, esta estrutura de poder interno nas faculdades viria a ser mudada durante a ditadura militar. Truculenta, mas atrelada

zações de 1967/68, pressionando pelo retorno à democracia.

Nas universidades públicas, então responsáveis por mais da metade das vagas oferecidas nos cursos superiores do país, foram introduzidas novas carreiras funcionais e administrativas. Os departamentos foram valorizados como unidades básicas, enquanto as Congregações e os Conselhos Técnicos Administrativos passaram a ter um peso maior na organicidade universitária. Estas reformas, que se deram mais no plano burocrático, proporcionavam a ascensão na carreira por meio de uma escala de funções e cargos formulada com base na evolução acadêmica do docente.

Apesar de ter possibilitado uma ascensão funcional mais aberta, uma vez que cabia ao docente programar suas atividades e vinculá-las ao seu interesse imediato pela qualificação na pesquisa (leia-se pós-graduação), estas reformas deram origem a uma esfera de poder concentrado nas mãos de poucos. Das chefias departamentais até a participação nas congregações, nas direções de unidades e no Conselho Universitário, órgão máximo de decisão da USP, todo o poder ficou concentrado no professor-titular, último posto na hierarquia funcional.

Na prática, a busca da titulação máxima, uma vez que ela assegura a possibilidade de acesso ao poder

***As reformas introduzidas pela ditadura militar deram origem a uma esfera de poder concentrado nas mãos de poucos.***

***Das chefias departamentais às congregações, direções de unidades e Conselho Universitário, todo poder ficou concentrado no professor-titular, último posto na hierarquia***

na Guerra Fria à política externa dos Estados Unidos, a ditadura acabou por impulsionar algumas reformas na estrutura de poder das universidades, copiando o modelo americano. Estas reformas visavam a despolitizar o ensino e a desmobilizar o movimento estudantil, único setor de massa em condições de fazer uma oposição em escala nacional aos militares. Após o golpe de 1964, com a prisão dos principais dirigentes do movimento sindical trabalhista e sua substituição pelos pelegos interventores, restou ao movimento estudantil fazer as grandes mobili-

interno da universidade, converteu-se num objetivo em si. Nesta batalha, onde vale tudo, tornaram-se comuns manobras espúrias de diretores e de grupos nefandos, vinculados ao poder da unidade, para a constituição de uma banca montada para beneficiar um determinado candidato, membro da panelinha. O mérito acadêmico, a capacitação administrativa, a vinculação com a extensão são atributos que menos pesam nesses embates sórdidos, onde o interesse grupal fala mais alto.

Da mesma forma que premiou o professor-titular no esquema de poder da Universidade, o sistema resultante das reformas dos anos 60 ainda vige na USP, baluarte maior do conservadorismo no ensino superior do país.

Apesar de aprovada pelo Congresso Nacional, em 1996, a nova Lei de Diretrizes e Bases do Ensino Superior (sancionada pelo presidente da República), a USP não tem sequer uma proposta para adotar a votação proporcional no colégio eleitoral para escolha do reitor. Tampouco existe uma prática respeitada de eleição de diretores e de chefias departamentais mediante votação dos três segmentos que compõem o conjunto social responsável pela vida da Universidade: seus professores, seus funcionários e seus alunos.

Enquanto a Universidade de São Paulo se fecha numa redoma infensa a qualquer renovação,

mantendo práticas que não condizem com nenhuma proposta democrática, reservando a um colégio restrito os destinos de suas unidades e o seu próprio destino, ela também se fecha para as demandas sociais mais emergentes, ou seja, processos mais democráticos e capazes de estimular o ingresso de jovens dos setores mais pobres da população. O número de vagas ofertadas em seus cursos de graduação é praticamente inelástico. Na última década cresceu menos de um por cento ao ano. Num país carente de bons cursos,

***Enquanto a USP se fecha numa redoma infensa a qualquer renovação, ela também se fecha para as demandas sociais emergentes, processos mais democráticos e capazes de estimular o ingresso dos setores mais pobres***

a universidade mantida por recursos públicos escassos só privilegiou a formação acadêmica, investindo na pós-graduação.

Ela sequer cumpre, na maioria de seus cursos, o preceito constitucional paulista que determina a oferta de pelo menos um terço do total de vagas, em todo o ensino superior público de graduação para turmas noturnas, visando a proporcionar condições de acesso aos jovens que trabalham. E o que é pior, apesar do registro de alguns avanços na divulgação das contas gerais da Universidade, por parte da Reitoria, quase to-

das as suas unidades de ensino e pesquisa não tornam público quanto recebem de verbas institucionais, nem divulgam, tampouco, quanto recebem de outras doações, via pesquisa, convênios e fundações. Estas últimas se apoiam da marca e do prestígio USP, patrimônio que a universidade forjou ao longo de quase noventa anos, em benefício privado de um grupo reduzido de professores.

Elitizada, conservadora, distante de uma proposta que venha a estabelecer uma nova relação de poder mais democrática e representativa, a USP segue uma trajetória perigosa, onde os interesses privados de alguns falam mais alto do que os anseios de toda a sociedade. Na composição do poder interno, grupos minoritários, antidemocráticos, usam um falso discurso,

construído a partir de matrizes importadas, em nome de uma pretensa modernidade, para negar a luta dos que querem uma universidade pluralista, responsável e ética, aberta para a sociedade que a mantém. RA

**(\*) Na área educacional o governo imperial japonês estabeleceu em 1872 a obrigatoriedade do ensino fundamental público e gratuito para todas as crianças, a partir dos seis anos, e sua integração com os cursos superiores. Em 1880, 90% das crianças frequentavam as escolas públicas. In *Japão, terra e povo*, São Paulo, Ed. Seleções Econômicas, 1984**